

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ - (CCCO)
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

João Gabriel do Nascimento Biato

**"EDUCAÇÃO DO CAMPO E SALAS MULTISSERIADAS: uma revisão
bibliográfica"**

Codó – MA

2024

João Gabriel do Nascimento Biato

"EDUCAÇÃO DO CAMPO E SALAS MULTISSERIADAS: uma revisão bibliográfica"

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de Codó - (CCCO), como requisito parcial para obtenção do título Licenciado em Pedagogia

Orientador: Prof. Dr. Samuel Correa Duarte

Codó – MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Biato, João Gabriel do Nascimento.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E SALAS MULTISSERIADAS: uma revisão
bibliográfica / João Gabriel do Nascimento Biato. - 2024.
29 p.

Orientador(a): Samuel Correa Duarte.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Codó, 2024.

1. Educação do Campo. 2. Ensino Aprendizagem. 3.
Salas Multisseriadas. 4. . 5. . I. Duarte, Samuel
Correa. II. Título.

"EDUCAÇÃO DO CAMPO E SALAS MULTISSERIADAS: uma revisão bibliográfica"

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências de Codó - (CCCO), como requisito final para obtenção do título Licenciado em Pedagogia

Aprovada em: 23/09/2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Samuel Correa Duarte (UFMA- CCCO) Orientador

Dr. Aziel Alves de Arruda (UFMA - CCCO)

Dra. Kelly Almeida de Oliveira (UFMA - CCCO)

Codó – MA

2024

RESUMO

O estudo apresentado faz uma reflexão em salas multisseriadas na Educação do Campo. Essa modalidade de ensino é diferenciada na estrutura de funcionamento, a qual leva em consideração a realidade local da comunidade escolar e seus valores. O objetivo do estudo foi discutir o contexto da Educação do Campo em salas multisseriadas com foco no processo de ensino aprendizagem. A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica, a qual, de acordo com Gil (2002), entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material de referência da área. Os principais autores que deram suporte para a construção do trabalho foram: Cavalcante (2010) Davis e Gatti (1993), Caldart, (2008), Freire (2011) e outros. Os resultados obtidos apontam que mesmo com algumas mudanças e direitos assistidos para a Educação do Campo em salas multisseriadas, se faz necessário mais investimentos e desenvolvimento de políticas públicas para prover melhores condições de acesso aos saberes escolares, bem como o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem. As considerações finais apontam que essa modalidade de ensino requer atenção e condições acessíveis para melhor progresso, o que é de direito de todo cidadão.

Palavras-chave: Educação do campo. Ensino aprendizagem. Salas Multisseriadas.

1 INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado faz uma abordagem sobre as salas multisseriadas na Educação do Campo. Entendemos a educação como um direito de todos, como preconizado no Art. 205 da Constituição Federal e, sob esse olhar constitucional, a educação passou a ser disseminada para aqueles que antes não usufruíram de forma igualitária desse direito. Destacamos nessa discussão que historicamente os povos do campo foram marginalizados no que se refere ao acesso aos direitos educacionais. E para equacionar essa exclusão, foi necessário dar ênfase maior à criação de leis e medidas que atendessem as reivindicações dos movimentos sociais do campo.

A escolha da temática surgiu mediante leituras especializadas, despertando maior interesse enquanto estudante/pesquisador, em aprofundar os conhecimentos bem como sistematizar os existentes. Para a comunidade científica é importante apresentar novos olhares que permitam ampliar o campo de pesquisas e sirvam de subsídios para que outros pesquisadores deem prosseguimentos a novos estudos. É preciso lembrar que existem os cursos de Licenciatura em Educação do Campo – LEDOC, criados a partir da demanda dos movimentos sociais do campo na luta pelo acesso à educação. Assim sendo, assinalamos que cada pesquisa lança novos olhares e perspectivas para mostrar e/ou até mesmo apontar caminhos para aprimorar a prática da educação no campo em salas multisseriadas vivenciadas pelos estudantes camponeses.

Nesse sentido, ainda percebemos haver lacunas que precisam de atenção significativa. Por isso, torna-se essencial a formação no sentido de fazer com que outros estudantes tenham como ponto de partida uma pesquisa advinda da área em que busca a profissionalização. E assim, ampliem a discussão apresentada de forma geral de modo que, toda sociedade seja contemplada, por não ser um assunto isolado mediante a essa realidade historiográfica de exclusão dos sujeitos que residem no campo.

Contudo, mesmo que no campo da legalidade foi lhes conferido esse direito à educação, ainda existem entraves a serem superados. As salas multisseriadas na Educação do Campo, historicamente, têm encontrado enormes desafios para assegurar o processo de ensino e aprendizagem mais

elaborado. Sendo algumas das reivindicações do movimento de Educação do Campo a existência de um profissional com formação específica para atender esse público, de recursos didáticos acessíveis aos estudantes bem como adequação do ensino para a realidade de vivência do campo.

Diante desse contexto, a problemática em estudo consiste em verificar a agenda da Educação do Campo e sua proposição em salas multisseriadas em um plano teórico. As salas multisseriadas na Educação do Campo foi uma forma encontrada pelo Ministério da Educação MEC para levar a Educação Básica a zona rural, sendo que essas salas são formadas por estudantes de várias séries e faixas etárias diferentes compartilhando o mesmo espaço no processo pedagógico.

Somando a isto, o surgimento da classe multisseriada no sistema de ensino é uma alternativa adaptada para implantar a educação formal no setor rural, por conta da grande ampla carência de professores e dificuldade em formar classe seriada tendo em vista o impacto do êxodo rural na demografia do campo. É sob essa perspectiva que surgem as multisséries ou junção de diferentes séries em um mesmo ambiente escolar.

O objetivo geral visa discutir o contexto das salas multisseriadas na Educação do Campo e, para o alcance do mesmo investigar a proposta elaborada para processo de ensino aprendizagem dos estudantes situados na escola do campo. Para o embasamento da produção alguns autores se fizeram necessários a exemplo de Davis e Gatti (1993), Caldart, (2008), Freire (2011) dentre outros.

O artigo versa sobre cinco tópicos, assim organizados: o primeiro são as palavras iniciais do qual discorre a respeito do que está sendo apresentado no estudo. O segundo apresenta a metodologia utilizada para a realização do estudo. O terceiro faz uma breve apresentação sobre educação e foi subdividido em três itens: Educação do Campo em salas multisseriadas, o contexto das salas multisseriadas e processo ensino aprendizagem da Educação do Campo em sala multisseriada. O quarto contém os resultados e discussões; a seguir fechamos o texto com as considerações finais.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa realizada por meio de uma revisão bibliográfica, que segundo Clandinin e Connelly (2011) constitui essencialmente, apreciação de estudos publicados em livros, artigos de revistas impressas e ou eletrônicas, com a realização da explanação e análise crítica individual do autor.

Fundamentada a partir da revisão literária, de acordo com Gil (2002), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso. Entre eles podemos citar livros, documentos, imagens, manuscritos, mapas, entre outros. Como parte do processo de coleta de informações e conhecimento em um determinado campo de estudo ou investigação. Essa abordagem é valiosa para embasar teorias e argumentos em trabalhos acadêmicos e científicos.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de buscas em bancos de dados da área educacional como artigos científicos na internet, acervo de bibliotecas online, empregando como instrumento de busca o Google Acadêmico, SCIELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações que possibilitou o acesso a diversos materiais acadêmicos, como periódicos e revistas científicas, teses, dissertações, livros bem como integração às bibliotecas universitárias, todas as investigações tiveram como descritores: Educação e campo e multisseriada, escola e multisseriada, escola e do campo e classe multisseriada.

A seguir apresentamos o quadro resultante do levantamento realizado entre janeiro e março de 2024, com os textos selecionados.

Quadro 1. Levantamento bibliográfico.

Título	Autoria	Publicação/ano	Natureza
Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação	ANTONIO, C. A.; LUCINI, M.	Cadernos CEDES [online], artigo 2007	
Movimento Sem Terra: Lições de Pedagogia	CALDART, R. S.	Currículo sem Fronteiras, artigo 2011	
A escola do campo em movimento	CALDART, R. S.	Currículo sem Fronteiras, artigo 2008	
Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a	CAVALCANTE, L. O. H	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em	artigo em

educação do campo alcançar as escolas no rural	Educação [online]. 2010	
Representação social da educação do campo para professores em formação.	CHAMON, E. M. Q. de Psicologia & Sociedade artigo para O.; DIAS, A. C.; DIAS, G. [online]. 2016 L.	
Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo	HAGE, S. A. M Educ. Soc. Campinas, artigo 2014.	
Entre desafios e possibilidades: práticas docentes desenvolvidas em classes multisseriadas	OLIVEIRA, F. J.;Revista Científica da artigo SANTOS, W. L.; SOUZA, FASETE, 2017. A. T. de.	
Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo	RIBEIRO, M. Educação e Pesquisa artigo [online], 2015	
Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação	SANTOS, M. Ensaio: Avaliação e artigo Políticas Públicas em Educação [online], 2018	
A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo	SILVA, A. L. B. da Revista Brasileira de artigo História da Educação [online]. 2020	
Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo	VENDRAMINI, C. R Cadernos CEDES [online], artigo 2007	
As Práticas Interdisciplinares com Alfabetização em Classes Multisseriadas	BEHRMANN, R. M. P. Minerva [online], 2014	artigo
Salas Multisseriadas: um olhar sobre as práticas educativas construídas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ovídio Tavares de Moraes	SILVA, C. G. da; SOUZA, UFPB, 2014 M. S. L.	monografia
Em terra de cego quem tem olho é rei": uma análise das escolas multisseriadas no Brasil	LAZARETTI, L. R.; ANPEC Nacional, 2020. FRANÇA, M. T. A	anais
Desafios e possibilidades nas escolas multisseriadas: reflexões a partir das experiências do PIBID	MONTEIRO, M. D. M. et Congresso Nacional de anais Educação – EDUCERE, 2017.	

O levantamento bibliográfico foi realizado através de alguns modos de estudos como, obras lidas por completas, outras lidas apenas os dois primeiros capítulos e obras com pesquisas específicas, na qual foram feitas análises dos autores sobre as salas multisseriadas na Educação do Campo.

A partir do levantamento bibliográfico realizado e com o suporte de obras e referência na área da pesquisa em tela, procedemos a seguir ao exame da Educação do Campo como direito e das escolas multisseriadas como estratégia pedagógica.

3 EDUCAÇÃO NO CAMPO COMO DIREITO

A educação é um direito de todos previsto no texto constitucional e uma das principais ferramentas de mudanças na sociedade, pois é através dela que se formam cidadãos. Seja em casa, na rua, igreja ou escola, de alguma forma o ser humano está envolvido com a educação. A educação nos cerca desde sempre, muitos a tem como símbolo de inteligência, outros como comportamento.

O Art. 205 da CF de 1988 afirma que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Por isso, se faz necessário que esse bem seja ofertado de forma igualitária e com qualidade.

De acordo com Paulo Freire, patrono da educação brasileira, defensor da educação popular, a educação deve refletir a existência social e individual do ser humano, pois através desse processo promoverá a autonomia de cada um. Para Freire (2004, p. 30), “[...] a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles”

Além disso,

[...] para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se. (Freire, 2007, p. 19).

Nessa perspectiva, entendemos que a educação é indispensável para a transformação humana e por consequente social visto que, essa ocorre em diferentes contextos nesse caso discute-se em relação a Educação do Campo em salas multisseriadas.

3.1 As bases da Educação do Campo

Silva (2020) aponta a vinculação histórica entre Educação do Campo e as lutas dos trabalhadores rurais pela terra e direitos sociais. A Educação do Campo emergiu dos movimentos sociais em contraposição à educação rural e ao ruralismo pedagógico, visando a construção de um projeto educacional pensado por e para os sujeitos do campo. A institucionalização da Educação do Campo remonta ao Movimento Nacional da Educação do Campo e a realização do Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária em 1997 e a Conferência Nacional da Educação do Campo em 1998. Desses eventos resultaram a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que contém as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo; e a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, o qual traz as diretrizes complementares para a Educação do Campo e na definição de uma política pública de Educação do Campo. A consolidação da política se deu através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, pelo Decreto Presidencial nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.

Antônio & Lucini (2007,p. 178) afirmam que

A constituição histórica das práticas educativas emerge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. A perpetuação de traços coloniais na estrutura social brasileira, na composição dos governos e na administração do público tem fortes raízes rurais e patriarcais. A sobrevivência de traços coloniais na interpretação da realidade perpassa as relações históricas que conformam a estrutura fundiária brasileira. Atrelada a esta estrutura, a educação rural não é exceção nas determinações que, antes de representarem um instrumento de ruptura com a ordem estabelecida, sofrem processos de conformação em relação à estrutura social, cultural e econômica gestada no e para o país.

Ao longo da história nacional, a educação ofertada para a população camponesa tem sido precária e de baixa qualidade, partindo do preconceito de que o modo de vida camponesa é atrasado e desinteressado no conhecimento elaborado que é socializado no processo escolar. Restaria à população camponesa, ter acesso a rudimentos escolares e acesso a saberes práticos para o trabalho agrícola. Antônio & Lucini, (2007, 180) afirmam que

A partir da década de 1950-1960, porém, emergem e se consolidam movimentos ligados às mais variadas instâncias sociais, como os Movimentos de Cultura Popular (MCP), do qual participou Paulo

Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os Centros Populares de Cultura (CPC), criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). É nessa emergência da educação popular nos anos de 1960 que o educador Paulo Freire demarca uma proposta de educação libertadora.

Nesse sentido, a transição da educação rural para a Educação do Campo pressupõe a superação da ideia do rural como espaço atrasado rumo à percepção do campo como lugar de produção de vida material e diversidade cultural. Na perspectiva urbana, que pensa o rural como subordinado aos seus interesses, bastaria aos homens e mulheres do campo saber produzir o necessário para consumo nas cidades. Cavalcante (2010, p. 554) descreve a escola rural que se instalou no país:

De fato, pouco de escola poderíamos encontrar nos contextos dilapidados espalhados pelo interior do Brasil; escolas sem qualquer condição de abrigar suas crianças para o mínimo de ambiente qualitativo de aprendizagem. Aprende-se por conviver com o outro (esta riqueza que a relação com o outro nos proporciona), mas não por haver no contexto institucional, o primordial e necessário aparato que as escolas exigem para que o “ambiente educativo” (onde o saber elaborado ganha cenário para instalar-se como propriedade e função social da escola) esteja disponível aos seus educandos e educadores.

No contexto da redemocratização na década de 1980, os movimentos populares lograram articular pautas substantivas, que reclamavam por terra com escola, trabalho com creche e habitação com qualidade de vida. Em meados dos anos 1990 surgiu o Movimento de Articulação por uma Educação do Campo, que defendia o protagonismo dos homens e mulheres do campo na formulação e implementação da educação no contexto camponês, dando origem a um amplo debate sobre o projeto político pedagógico para aquelas escolas disseminadas no interior do país (Cavalcante, 2010).

Chamon, Dias & Dias (2016) entendem que a perspectiva urbanocêntrica aplicada à educação oferecida às populações camponesas exclui os conhecimentos e modos de vida tradicionais; a precariedade dos recursos disponíveis nas escolas camponesas comprometem o acesso ao direito à educação para aquelas populações. Esse modelo excludente passou a ser questionado pelos movimentos sociais no processo de redemocratização do país, sendo que a demanda por uma educação socialmente justa e adaptada à realidade camponesa encontrou respaldo na Constituição Federal

de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que previam a ampliação da oferta educacional. Da luta de movimentos como o MST, emergiram políticas como o Programa Saberes da Terra e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

Santos (2018) argumenta que a legislação especializada representa a intervenção estatal na promoção da Educação do Campo, destacando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), editados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997. Mas é preciso diferenciar entre educação rural e Educação do Campo. A educação rural remonta ao início do processo de industrialização nacional a partir de São Paulo nas décadas de 1930/40 e o problema do êxodo rural. Emerge então o ruralismo pedagógico, que visava a fixação dos trabalhadores no campo, provendo instrução e formação prática para a produção agrícola. Nessa concepção, a educação deveria contribuir para superar o atraso no campo numa conexão subordinada ao sistema capitalista urbano e ao agronegócio. A Educação do Campo, por sua vez, pensa o processo pedagógico como indissociável da luta pela emancipação dos trabalhadores do campo a partir do protagonismo de suas expressões coletivas, materializadas nos movimentos sociais.

Vendramini (2007) aponta a recorrente política de fechamento/nucleação de escolas no campo, em geral com base em cálculos relacionados ao custo/estudante. Lembra que a escola no campo é uma demanda das famílias de trabalhadores do campo. Nesse contexto é que emergiu a Educação do Campo como estratégia pedagógica e social para inclusão da população camponesa no processo de escolarização a partir de uma lógica da educação popular.

Nesta orientação, foram realizadas diversas conferências estaduais e nacionais, sendo a primeira conferência nacional, “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998 e organizada pelo MST, CNBB, UNICEF e UNESCO. Essa primeira Conferência inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular: Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural, ao reafirmar a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo (Vendramini, 2007, 123).

Santos (2018) avalia como o Plano Nacional de Educação – PNE acolheu a agenda Educação do Campo. O PNE do período 1993-2003 previa a universalização do acesso à educação escolar para crianças carentes de áreas campesinas, com o incremento do dispêndio público para a criação e manutenção de escolas no campo – porém esse plano obteve pouca efetividade. O PNE do período 2001-2011 ainda pensava a educação das crianças campesinas pelo viés urbano e tecnicista. Entre as propostas elencadas estavam a ampliação do número de professores nas escolas no campo, a substituição das turmas multisseriadas por arranjos convencionais e a garantia de transporte escolar. O PNE do período 2014-2024 propõe universalizar o acesso à educação infantil no campo; bem como prover a erradicação do analfabetismo, investindo na educação de jovens e adultos – mas essas metas ficaram sujeitas à disponibilidade orçamentária e capacidade gerencial do Estado.

A educação do campo não se orienta por um modelo acabado, definido de fora, mas constrói-se na luta pela reforma agrária ou pela terra de trabalho, sem a qual é impossível materializar essa educação do campo. Por essa razão, ela é atravessada por interesses antagônicos e, conseqüentemente, pelos conflitos entre as forças que representam o trabalho no campo – associado à reforma agrária e à educação – e as forças que representam o capital – vinculado às grandes propriedades rurais, ao agronegócio e ao sistema financeiro, que responde pelos seus investimentos e créditos (Ribeiro, 2015, 81)

Para Vendramini (2007) a escola deve ser pensada levando em consideração o território em que está situada; as famílias, cada qual com seus modos de vida, costumes e condições socioeconômicas, partilham da escola para seus filhos na expectativa de provisão de educação, que seja atual e socialmente localizada.

A educação do campo foi incorporada e/ou valorizada na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais e sindicais do campo, com o envolvimento de diferentes entidades e órgãos públicos. O que pode ser conferido pelo conjunto de promotores e apoiadores da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em Luziânia (GO), em 2004. Participaram desta iniciativa, representantes de movimentos sociais, sindicais e outras organizações sociais do campo e da educação, de universidades, de ONGs e de Centros Familiares de Formação por Alternância, de secretarias estaduais e municipais de educação e de outros órgãos de gestão pública (Vendramini, 2007, p. 123).

Santos (2018) identifica cinco pontos centrais na agenda da Educação do Campo: o reconhecimento do papel da escola na intervenção para o desenvolvimento social a partir da cultural local; o compromisso com a gestão escolar democrática, pública e participativa; a orientação pedagógica pautada pela educação popular; um currículo escolar humanizado, que valorize o modo de vida da população camponesa; a valorização dos profissionais que atuam nas escolas no campo.

Uma das experiências mais exitosas de oferta de Educação do Campo tem sido realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. Na perspectiva do MST, a Educação do Campo implica uma pedagogia do movimento, que permita ao mesmo tempo a reprodução das condições de existência e dos modos de vida; a preparação técnica e a formação política – para isso, a educação é pensada como um projeto social, que se faz *no e para* o coletivo. A prática fundante do processo da educação popular é a cooperação – o que por si já entra em choque com a ordem capitalista e sua centralidade do individualismo possessivo. Vendramini (2007) identifica na prática pedagógica das escolas mantidas pelo MST, dois processos educativos combinados: o aprendizado político derivado da luta pela terra e o processo de escolarização formal, que visa ao mesmo tempo atender a legislação vigente e o sistema educacional oficial e incorporar temas e práticas relacionadas com a realidade do campo.

Por fim, Ribeiro (2022) identifica três desafios para a Educação do Campo: a superação do ruralismo pedagógico – porque implica subordinação do campo em relação à cidade; a conexão entre o trabalho no campo e o processo escolar – porque o processo de aprendizagem deve ter como ponto de partida o modo da vida do educando e o trabalho no campo; a centralidade da Reforma Agrária para a emancipação do trabalhador rural – porque é preciso libertar o homem e a terra do domínio do agronegócio para que possa reproduzir a vida material e cultural de forma integral.

3.2 A Educação do Campo e as salas multisseriadas

A educação escolar desenvolvida no campo existe desde o processo colonial desencadeado pelos europeus em solo brasileiro, a priori estabelecida pelos jesuítas, um tipo de educação elaborada para atender os interesses da

Igreja Católica, sendo ofertada para os moradores das localidades em formação na colônia, com público alvo os filhos dos fazendeiros.

Esse modelo de educação já existia na época dos jesuítas qual as turmas eram formadas pelos filhos dos fazendeiros, sendo eles de diferentes idades, porém sendo abolida após a expulsão dos jesuítas em 1759, sendo retomada posteriormente" (Behrmann, 2014, p. 2).

Na atual conjuntura, a Educação do Campo, estreita laços com inúmeros projetos democráticos que contribuem para o fortalecimento da educação popular, que predominantemente até o início do século XX era edificada apenas de modo rural. Do ponto de vista de Caldart que analisa o surgimento da Educação do Campo como palco de:

Mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (Caldart, 2008, p.71).

O modelo multisseriado, além de ser uma forma de levar a Educação Básica para o campo, é também um meio de manter as crianças próximas do ambiente familiar e assim não tem de se deslocar de seu lugar de origem para outras localidades em busca de estudos.

Mediante a esses conceitos vale ressaltar, as precariedades encontradas nesses tipos de turma como: a falta de estrutura física das salas de aulas, a falta de materiais didáticos apropriados e a falta de professores/as com formação específica para atuar na Educação do Campo.

Segundo as Orientações Pedagógicas para Formação de Educadoras e Educadores, "Essa escola passou a ser conhecida como multisseriada para caracterizar um modelo de escola do campo que reúne num único espaço um conjunto de séries do Ensino Fundamental" (SECAD/MEC, 2009 p. 23). Pode-se observar que de acordo com o manual a sala de multisseriada é caracterizada por diferentes séries de ensino em um mesmo espaço, o qual a faixa etária dos educandos também é variada.

Escolas que trabalham com o sistema multisseriado tem como meta básica reunir em uma mesma sala de aula estudantes de diferentes idades e variados níveis escolares do ensino fundamental fazem parte da realidade da educação brasileira nos espaços marcados pela ruralidade e constituem-se

como um dos grandes desafios pedagógicos, pois supõe uma visão crítica na busca de novas estratégias que traga melhores condições necessárias para uma educação de qualidade aos educandos do campo

[...] é preciso pensar também que tratar do direito universal à educação é mais do que tratada presença de todas as pessoas na escola; é passar a olhar para o jeito de educar quem é o sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas sujeitos de direitos, capazes de fazer a luta permanente pela conquista. (Silva e Pereira *apud* Caldart, 2004 p.27).

Para tanto, precisa-se superar as visões negativas do campo e de seu ensino multisseriado, construindo uma nova perspectiva educativa que leve em consideração os seguintes aspectos: a necessidade de investigar as diferentes formas de organização do trabalho pedagógico realizada em turmas diferenciadas por idade e aprendizagens; a reformulação da proposta político pedagógica das instituições e do currículo do campo; e as políticas públicas que busquem a qualidade e as retirem do esquecimento e descaso.

3.3 O contexto das salas multisseriadas

Quando se trata exclusivamente do ensino voltado para o estudante do campo *in loco*, tendo como referência as salas multisseriadas, pode-se identificar uma ambiguidade característica da dinâmica nesse ambiente, a exemplo: do abandono em que muitas se encontram, a precarização no que concerne a infraestrutura hidráulica e elétrica que em sua maioria não possui, energia elétrica e internet, bem como com menor presença de banheiros e laboratórios temáticos, afetando diretamente no rendimento escolar do estudante camponês. A literatura informa que o agrupamento mais comum em classes multisseriadas acontece entre os níveis da Educação Infantil ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Lazaretti; França, 2020)

Um ambiente acolhedor e agradável tem fortes influências no rendimento da aprendizagem, pois é nesse espaço em que a criança passa a ter contato com novas descobertas, sistematizam os seus conhecimentos e ampliam suas perspectivas para um futuro promissor e quando o estudante não é permitido a esses apontamentos, por conseguinte ocorrerá o fracasso

escolar. Logo, ampliando a defasagem idade-série característica da sala multisseriada.

Os estudantes moradores do campo não devem ter seus direitos suprimidos ou negligenciados, esse público, como quaisquer outros estudantes, têm o direito de acesso a políticas públicas de qualidade, dentre elas uma educação que esteja relacionada à realidade local que leve em consideração as suas bases culturais e que permita conhecer outros horizontes que ampliam seus repertórios locais.

Segundo a Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008, a Educação do Campo, compreende: [...] a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (2008, p. 1)

A esse respeito, de acordo com a Resolução nº 1/2002 – CNE/CEB, a identidade da Escola do Campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade de vida coletiva no país.

Outro ponto, que afeta diretamente a aprendizagem dos estudantes, são as condições adversas que enfrentam diariamente para chegar até a escola, longas distâncias percorridas pelos estudantes, que acabam desmotivando os mesmos devido ao cansaço, pois nem todo o trajeto é realizado pelo transporte escolar. Em alguns casos esse percurso é realizado por meio de caminhadas ou uso de bicicleta e/ou montaria. A oferta irregular da merenda escolar, tendo ciência de que muitos estudantes, dado o extrato socioeconômico, tem carências nutricionais por vulnerabilidade alimentar, contribui para o desalento dos estudantes e reduzindo a permanência destes no ambiente escolar.

Na mesma perspectiva, os autores Silva; Souza (2014) afirmam que:

As estruturas dessas escolas são de grande importância no desenvolvimento do aluno e se for mal estruturada pode se tornar uma barreira na aprendizagem. O processo de ensino aprendizagem é prejudicado pela precariedade da estrutura de algumas escolas multisseriadas, expressando-se em prédios que necessitam de reformas, como também espaços inadequados do trabalho escolar. Não possuem cozinha, merenda, banheiros, espaços para lazer, bibliotecas, transporte escolar, enfim todo o conjunto da escola inviabiliza o trabalho pedagógico. (Silva; Souza, 2014, p. 19).

De acordo com os autores pode-se entender que se faz necessário um olhar mais atencioso para a Educação do Campo, a exemplo de mais intencionalidade em políticas públicas voltadas para a realidade do campo, pois sem essa atenção o processo de ensino e aprendizagem enfrenta dificuldades, fazendo com que esse processo ocorra de forma fragmentada.

Essas são algumas das precariedades existentes nas Escolas do Campo, que podem comprometer o trabalho pedagógico realizado nas salas multisseriadas. Mesmo nesse contexto adverso, Monteiro *et al.* (2017) afirma que o ensino multisseriado possibilita aos habitantes do meio rural o acesso à educação como um direito básico. Este acesso ainda nas séries iniciais do Ensino Fundamental permite que os estudantes adquiram conhecimentos que poderão trazer mudanças concretas para suas vidas

Outro desafio encontrado no tocante às salas multisseriadas está na organização do tempo escolar, ou seja, organizar o tempo didático, pois de acordo com Oliveira, Santos e Souza (2017):

É preciso atentar-se para as necessidades dos alunos, a elaboração das atividades as quais se destinam a eles, diversificando-as na perspectiva em atender a todos os educandos, em meio as suas idades, conhecimentos e séries distintas. Aqui, torna-se importante ressaltar que, todo professor responsável pelas classes multisseriadas, devem se preocupar minuciosamente na seleção dos conteúdos que serão ministrados (Oliveira; Santos, Souza, 2017, p. 77).

De acordo com o autor em tela, o professor atuante em salas multisseriadas precisa ter um olhar atencioso em relação às especificidades de cada estudante, tema que passaremos a discutir no item seguinte.

3.4 Processo ensino aprendizagem em salas multisseriadas na Educação do Campo

Ensinar de acordo com o contexto sócio-histórico é uma tarefa que exige considerar vários fatores, os quais são essenciais para que a aprendizagem ocorra de forma coesa. Dentre esses, pode-se ressaltar, a formação de professores voltada para a Educação do Campo, adaptação da realidade do campo ao currículo, material didático, infraestrutura entre outros, com vistas a oportunizar ao estudante da sala multisseriada uma aprendizagem com mais qualidade e respeitando e valorizando sua cultura local.

A formação de professores na educação do campo é uma proposta que visa à valorização da cultura e identidade das comunidades camponesas. No que concerne à aprendizagem dos estudantes, convém observar que “cada educando traz consigo os conhecimentos e a cultura de seu meio ambiente imediato, estes saberes precisam ser apreciados em sala de aula, pois quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 2004, p. 23).

Conforme o autor em tela, ao adentrar na sala de aula, os estudantes não chegam como uma tábula rasa, pois trazem consigo os saberes populares que sustentam sua forma de vida no campo, e o professor enquanto mediador do processo de ensino não pode deixar ou não levar em consideração o conhecimento apresentado pelo educando; ao valorizar tais saberes, o educador fará com que esses sujeitos se sintam mais valorizados e de fator inserido nesse ambiente. Desse modo, valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes é fazer com que eles sejam protagonistas do processo de aprendizagem, respeitando o momento de fala e as vivências com vistas a elaborar um conhecimento social relevante.

Conforme Hage (2014, p. 174) a realidade das classes multisseriadas “[...] é tida como um grande desafio para que sejam cumpridos preceitos constitucionais e os marcos legais operacionais anunciados nas legislações específicas”. De acordo com autor o processo de ensino e aprendizagem da Educação do Campo em salas multisseriadas enfrentam vários percalços principalmente no que concerne ao cumprimento dos documentos oficiais, acredita-se que esta fragmentação em não cumprir as mesmas está relacionada ao próprio contexto do campo, haja vista, as baixas perspectivas,

uma vez que o ensino na perspectiva se resumiam apenas na atividade de leitura, escrita e o fazer cálculo, assim comprometendo os investimentos como falta de estrutura a formação de professores, que é essencial e indispensável para que os estudantes venham ter uma visão mais sistematizada a respeito da educação como um todo.

De acordo com Arroyo (2004), as escolas do campo, nos dias atuais, em sua grande maioria, são instituições multisseriadas, que oferecem a primeira etapa do ensino fundamental (primeiro ao quinto ano), em um espaço único de aprendizagem, para atendimento de estudantes que se encontram em diferentes séries ou anos escolares. Além disso, o trabalho do professor acaba ficando comprometido por ter que atender várias etapas de ensino ao mesmo tempo, característica das salas multisseriadas.

Caldart (2011) contribui com as reflexões sobre essa temática, evidenciando que compete à escola do campo um empenho para mobilizar os conhecimentos culturais dos estudantes, pois esses conhecimentos realçam a identidade desses sujeitos. Depreendemos dessa afirmação que nos espaços escolares multisseriados a escola necessita buscar mecanismos para despertar, não apenas ao conhecimento técnico, mas precisa valorizar diferentes conhecimentos pertinentes à realidade desses povos. A construção de projeto pedagógico para escolas do campo, nesta perspectiva, carece ter como referência a realidade diagnosticada e vivenciada pelas pessoas que habitam o campo. Essa construção deverá ser autônoma, envolvendo os diferentes agentes da escola e a participação de representantes da comunidade.

Contudo, os direitos sociais e inclusão da valorização dos trabalhadores rurais sobre o documento Por uma Educação do Campo, vinculada às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas de Campo, a especificidade é tratada da seguinte forma, no Artigo 2º:

A identidade da escola de campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2002, p. 41).

Quando se fala da qualidade de vida em se tratando do campo, nota-se que essa não é aplausível quanto alguns moradores da zona urbana, pois as necessidades básicas como saneamento básico, iluminação pública, moradia são fatores que ainda impossibilitam que os moradores do campo venham usufruir desse bem.

Retomando a discussão a respeito da Educação do Campo para Hage (2004) o processo de ensino-aprendizagem na grande maioria das classes multisseriadas, particularmente chamadas escolas isoladas, pode se caracterizar como mecânico e técnico, devido a existência de professores, nessas escolas, com necessidades formativas que não são atendidas. Significa dizer que aprendizagem dos estudantes do campo acaba sendo comprometida e se faz necessário que a identidade seja valorizada e mantida dentro do seu processo de escolarização, ou seja, desde a Educação Infantil e adentram ao Ensino Fundamental, os anos iniciais do processo.

Do ponto de vista de Freire (2018, p. 25), “[...] ensinar inexiste sem aprender e vice-versa [...]”. Há quem defenda o fim das salas multisseriadas. Como assim? Quais alternativas seriam implementadas para o fim dessas escolas no campo, que “[...] reúnem estudantes de várias séries e níveis em uma mesma turma, com apenas um professor responsável pela condução do trabalho pedagógico?” (Hage, 2014, p. 1173). A organização que agrega estudantes de tempos escolares diferenciados talvez ainda por um bom tempo seja vista como uma opção para ser efetivado o direito consagrado pela Carta Magna, a Constituição de 1988: que garante a educação como um direito de todos(as) em seu artigo 205: “a educação direito de todos dever do Estado e da família”

Como visto, há documentos que garantem que a Educação do Campo também seja ofertada com qualidade e atendendo a todos mesmo que seja em salas multisseriadas, os conteúdos precisam ser selecionados levando sempre em consideração as particularidades dos estudantes camponeses, para que esses reconheçam o quanto a educação é significativa para a transformação do sujeito o que vai ao encontro do pensamento de Freire:

[...] Paulo Freire destaca a importância da seleção de conteúdos programáticos. Para uma educação que se pretende crítico – libertadora e, portanto, compromissada com a aprendizagem crítica, não é possível ensinar, se não a partir dos problemas coletivos vivenciados pela comunidade local e das visões que os sujeitos têm a

respeito desses problemas[...] (Glovedi; Silva; Amaral, 2018, p. 1128).

Logo, nota-se o quanto o papel do professor é essencial para a construção de um pensamento crítico, diante das metodologias utilizadas em sala de aula e acessíveis a forma de aprender dos estudantes, sempre levando em consideração o que o estudante traz em sua bagagem, aproveitar todas as vantagens proporcionadas ao desenvolver aulas expositivas irá fazer com que o estudante seja o autor e construtor de seu conhecimento, assim propondo momento de reflexão crítica do contexto em que se encontra e fazendo com que de forma muito simples, o ensino em salas multisseriadas além de trabalhar a realidade do campo, despertem em seus estudantes a criticidade sobre o modo de viver na sociedade, apresentado assim tipos de relações presentes na sociedade da qual eles fazem parte, porém, não sobrepõe valores entre cidade e campo (Brasil, 2001).

Na atualidade, contudo, ser professor não se limita apenas a transmitir conhecimento sobre determinado assunto. O papel docente envolve uma responsabilidade bem mais complexa, que consiste em formar e transformar o estudante em uma perspectiva integral que permita aguçar a criticidade e a criatividade, bem como os aspectos sociais, afetivos e mentais essenciais para sua comunicação social. Para isso, se faz necessário ter conhecimentos teóricos e práticos é preciso ter experiência, cultura e conhecimento plural, a fim de tornar o estudante capaz de responder, de forma crítica e autônoma, aos desafios de uma sociedade em transformação constante, seja no âmbito pessoal ou profissional. Sobre esse olhar as salas multisseriadas não podem ficar excluídas, pois ao ensinar seus estudantes a pensar criticamente, a trabalhar em equipe e a desenvolver habilidades de liderança, o professor prepara seus estudantes para as responsabilidades que eles enfrentarão na vida e no mercado de trabalho.

4 REFLEXÕES FREIREANAS

A partir das leituras realizadas, identificamos que de fato a Educação do Campo em salas multisseriadas ainda precisa de uma atenção maior em todos

os sentidos, principalmente no que se refere à adaptação do currículo para os estudantes do campo.

Foi possível perceber que os estudos propostos no que concerne a temática apresentaram abordagens significativas, sobre a educação como um processo global direito de todos, nos remete a ideia que, independente do contexto social e ou realidade escolar sendo sede ou campo a oferta de ensino e aprendizagem precisa atender às necessidades educacionais de todo o processo.

Freire (1981) destaca que é um dos objetivos da educação em uma perspectiva ética e humanista garantir que o homem se perceba como sujeito ativo e capaz de transformar o mundo no qual está inserido.

Compreende-se que alguns estudos abordados por Freire expandem o sentido da necessidade de uma educação libertadora como uma forma de tornar os sujeitos de ser dono de suas próprias ideias saindo da situação de oprimido. Isso é necessário para que o homem do campo não permaneça ainda mais submisso a uma ideologia da classe dominante por falta de instrução escolar com princípios que tragam novos conhecimentos como foi revelado nos estudos para a Educação do Campo.

Em outro ponto, convém destacar a respeito da Educação do Campo em salas multisseriadas, que historicamente essa modalidade tem sido encampada por movimentos sociais que a percebem como alternativa viável para prover o acesso à educação e, desde que esteja associada com um currículo adequado e conte com participação ativa do homem do campo pode lograr êxito. Mas ainda precisa ser discutida e encarada com muita seriedade, pois essa modalidade, centrada em classes multisseriadas, historicamente foi sustentada por políticas compensatórias garantindo, quando muito, uma manutenção mínima de incentivos e recursos.

Mesmo na conjuntura atual ainda é possível ver a existência desse tipo de escola no campo. O Censo Escolar (2010) revela que o Estado do Maranhão apresenta características sociais que traçam o perfil de uma região marcada pela presença da desigualdade social e pela diversidade cultural existente nos municípios que compõe o estado e as escolas com classes multisseriadas correspondem aproximadamente 34,5% das escolas existentes no estado.

De acordo com o Censo Escolar de (2010) faz referências para uma Política Nacional de Educação do Campo (2003) a qual apontou as principais dificuldades presentes nas escolas multisseriadas, dentre elas, a precariedade infraestrutural da instituição de ensino e do transporte escolar, a falta de condições e a sobrecarga de trabalho dos professores, o que acaba favorecendo a existência de pedidos de remoção desses profissionais.

O que fragmenta o processo ensino aprendizagem da Educação do Campo em sala multisseriada, diante da fala de Freire (2004) que os saberes trazidos pelo estudante devem ser considerados pelo professor no momento das discussões, visto, que o educando precisa ser o autor de sua construção humana e da escolarização e o professor o mediador desse processo. Assim, quando o docente trabalha com uma visão de autonomia todo o processo passa a ser mais atrativo e interessante para o alunado camponês.

Desse modo, ao trabalhar os conteúdos contextualizados com a realidade do campo desafiará o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica, que diante do olhar de Paulo Freire, seja aquele que “ensina os conteúdos de sua disciplina com mais rigor e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde a sua opção política na neutralidade impossível de seu que-fazer” (Freire, 2007, p. 44).

É perceptível nos estudos citados a importância do professor na construção da escolarização do educando, pois o momento deve ser prazeroso, além de proporcionar um espaço de liberdade fazendo com que discentes se sintam motivados por fazer parte desse espaço e consigam desenvolver habilidades essenciais para o seu desenvolvimento integral, quando o assunto é o processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar relacionado ao campo. Logo, sabe-se que infelizmente poucas são as escolas do campo que disponibilizam de recursos didáticos-pedagógicos, para serem trabalhados com os estudantes camponês. Mas, também importa registrar que os professores das escolas do campo sejam preparados para buscar meios que facilitem a esse estudante uma aprendizagem significativa, em especial no que diz respeito sua realidade e o mundo que o cerca, levando assim, além de aprendizagem, as experiências vividas por eles no que diz a materiais ao contexto local.

Portanto, a partir dos materiais de leitura e as publicações observadas ao longo desta pesquisa, pode-se refletir que se torna essencial o desenvolvimento de uma Educação do Campo em salas multisseriadas perante materiais de leitura imensas, no meio social e que por meio deles é que o estudante do campo, poderá se envolver perante as metodologias do professor, aplicada em sala de aula.

5. AS SALAS MULTISSERIADAS EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao longo do presente texto sobre a Educação do Campo em salas multisseriadas, pôde-se perceber o quanto a pesquisa se fez necessária, por contribuir de forma significativa para a sustentação de novos estudos a partir dos resultados encontrados nessa discussão.

A problemática aqui apresentada reside na realidade da Educação do Campo em salas multisseriadas. Diante da literatura abordada que sustentou a edificação do estudo, ficou visível que houve mudanças na oferta de ensino para a Educação do Campo, embora se faz necessário melhorias para essa modalidade de ensino, respondendo assim ao questionamento inicial.

Em relação aos objetivos pode-se afirmar que esses foram alcançados, pois o primeiro foi discutir o contexto da Educação do Campo em salas multisseriadas, e esse encaminhamento foi realizado durante toda a pesquisa ao dialogar com os autores no que concerne ao segundo objetivo direcionado a investigar o processo de ensino aprendizagem dos estudantes situados na escola do campo, esse também foi concretizado e ficou visível que esse processo deve ser mediado com maestria e o estudante camponês precisa ser o protagonista. E assim, para que esse processo de relação entre professor e estudante aconteça, deve-se haver uma troca de conhecimento e também uma metodologia, em que possa envolver todos os estudantes presentes em sala de aula, como uma forma de incentivo e de aprendizagem para os estudantes ali presentes, que se envolvam dentro desse contexto de aprendizagem. Desse modo, pode-se afirmar que esses objetivos foram alcançados.

A pesquisa pode contribuir para a área do conhecimento no sentido de direcionar novos pesquisadores, pois a educação campo em salas multisseriadas precisa de novos estudos até mesmo porque cada resultado

encontrado sustenta e inquieta levando assim a novos estudos devido o conhecimento não ser pronto e acabado.

Mas vale ressaltar, que há uma urgência na melhoria das condições da Educação do Campo em salas multisseriadas sendo que essas condições estão relacionadas aos materiais pedagógicos, o acompanhamento com mais frequência por parte da coordenação, provisão de condições aceitáveis para o desenvolvimento das atividades dentre outras que acabam fragmentando o ensino para essa modalidade como apresentado no decorrer do texto. Salienta-se a importância de uma Educação do Campo na perspectiva contextualizada com a realidade, participação efetiva e democrática com professores e gestores públicos, tendo em vistas gerar reflexões contínuas acerca da qualidade de ensino respeitando a realidade onde estão inseridos.

Portanto, para essa pesquisa significou mudanças na forma de olhar a Educação do Campo, visto que essa modalidade precisa ser mais valorizada e atendida através de um ensino de qualidade ou pelo menos que venha a suprir as necessidades do estudante camponês. Desse modo, posso afirmar que foi muito gratificante investigar essa temática que se torna essencial, no que diz respeito ao desenvolvimento dos métodos de ensino para aprimoramento da prática docente, o que contribuirá para o processo de desenvolvimento no futuro campo de atuação enquanto educador no espaço escolar, fazendo com que haja uma troca de conhecimento e uma relação interativa professor e estudante.

REFERÊNCIAS

Alfabetização e Diversidade. **Programa Escola Ativa - Orientações Pedagógicas para a formação de educadoras e educadores**. Brasília: SECAD/MEC, 2009.

ANTONIO, C. A.; LUCINI, M. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Cadernos CEDES** [online]. 2007, v. 27, n. 72, pp. 177-195.

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 65-86.

BEHRMANN, R. M. P. As Práticas Interdisciplinares com Alfabetização em Classes Multisseriadas. **Minerva** [online], 2014, v. 1, n. 3.

BRASIL, **Constituição Federal**: Brasília. SEF/MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, dez. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2**, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma política nacional de educação do campo. **Caderno de Subsídios**, Brasília, DF, 2003..

CALDART, R. S. **A Educação do Campo como Política Pública**. Disponível em: <[http:// www .ead.ifpa.edu.br](http://www.ead.ifpa.edu.br)>. Acessado em: 08/01/2024.

CALDART, R. S. Movimento Sem Terra: Lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras**. v. 3, n.1, p. 50-59, 2011.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60–81, jan./jun. 2008.

CAVALCANTE, L. O. H. Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2010, v. 18, n. 68, pp. 549-564.

CHAMON, E. M. Q. de O., DIAS, A. C.; DIAS, G. L.; Representação social da educação do campo para professores em formação. **Psicologia & Sociedade [online]**. 2016, v. 28, n. 02 [Acessado 19 Junho 2022] , pp. 267-277.

CLANDININ, D. J.; CONELLY, F. M. Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: **Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

DAVIS, C.; GATTI, B. A. “A dinâmica da sala de aula”. IN: DAMASCENO, M. N.; TERRIEN, J. (Coord) **Educação e Escola no Campo**. 1ed. Campinas: Papirus, 1993.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório. In: ARROYO, M. G.. CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (organizadores). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Paz e Terra, São Paulo, 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura). A.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. B.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOVEDI, V. M.; DA SILVA, I. M.; AMARAL, D. M. DO. A DIDÁTICA QUE EMERGE DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO. **Revista e-Curriculum**, v. 16, n. 4, 2018.

HAGE, S. M.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Org.). Escola de direito: reinventando a escola multisseriada. **Coleção Caminhos da Educação do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. A.

HAGE, S. A. M. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educ. Soc. Campinas**, v. 35, n°. 12, p. 1165 -1182, out. Dez., 2014. B.

LAZARETTI, L. R.; FRANÇA, M. T. A. “Em terra de cego quem tem olho é rei”: uma análise das escolas multisseriadas no Brasil. In: **Encontro Nacional de Economia**, 2020, Brasília. ANPEC NACIONAL 2020.

MONTEIRO, M. D. M. et al. Desafios e possibilidades nas escolas multisseriadas: reflexões a partir das experiências do PIBID. In: **Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 13., 2017. Curitiba, 2017.

OLIVERIA, F. J.; SANTOS, W. L.; SOUZA, A. T. de. Entre desafios e possibilidades: práticas docentes desenvolvidas em classes multisseriadas. **Revista Científica da FASETE**, v. 3, 2017.

RIBEIRO, M. Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo. **Educação e Pesquisa** [online]. 2015, v. 41, n. 1, pp. 79-100.

SANTOS, M. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2018, v. 26, n. 98, pp. 185-212.

SILVA, A. L. B. da. A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo. **Revista Brasileira de História da Educação** [online]. 2020, v. 20, pp. 1-24.

SILVA, C. G. da; SOUZA, M. S. L. de. **Salas Multisseriadas**: um olhar sobre as práticas educativas construídas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ovídio Tavares de Moraes. Trabalho de Conclusão de Curso, UFPB, 2014.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cadernos CEDES** [online]. 2007, v. 27, n. 72, pp. 121-135.